

UMA ABORDAGEM A PARTIR DA TORRE DE BABEL: O PAPEL NEOLIBERAL DAS MULHERES NO MUNDO GLOBALIZADO FRENTE AO TRABALHO, CONSUMO E REPRODUÇÃO¹

Alexandra Tewes Dillmann²

Neusa Schnorrenberger³

Resumo: O presente estudo procura analisar a relação existente entre as mulheres e a figura da Torre de Babel trazida por diferentes doutrinadores como em Luis Alberto Warat, Ivone Gebara e Jacques Derrida, buscando evidenciar desdobramentos do neoliberalismo, trazido na obra *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade liberal*, de Pierre Dardot e Christian Laval, bem como a análise do papel da mulher no mundo globalizado pela lente feminista de Heleith Saffioti e Simone de Beauvoir dentre outros. Para sustentação argumentativa e teórica do objetivo acima exposto, este trabalho irá utilizar a doutrina trazida pelos referidos teóricos dentre outros, bem como estudos históricos e sociológicos, através da pesquisa documental e bibliográfica, embasada no método de abordagem dedutivo. As mulheres são historicamente subjugadas ante aos homens, embora a custo de muitas lutas as mulheres estejam conquistando direitos e espaço na sociedade masculina, questiona-se se esses direitos

1Artigo desenvolvido a partir dos estudos da primeira autora e correlacionados com as pesquisas desenvolvidas pela segunda autora.

2 Doutoranda em Direito no PPGD - Mestrado e Doutorado/ URI, *Campus* Santo Ângelo-RS. Bacharel em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), *Campus* Santo Ângelo-RS. Integrante do Grupo de Pesquisa “Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”.

3Mestranda em Direito no PPGD - Mestrado e Doutorado/ URI, *Campus* Santo Ângelo-RS. Advogada.

estão realmente emancipando as mulheres de sua servidão ou se fazem parte de alguma estratégia disciplinar neoliberal. Assim sendo, cumpre examinar qual o papel da mulher frente à metáfora da Torre de Babel.

Palavras-Chave: Torre de Babel. Neoliberalismo. Mulheres. Trabalho. Consumo e Reprodução.

Abstract: The present study seeks to analyze the relationship between women and the figure of the Tower of Babel brought by different writers as in Luis Alberto Warat, Ivone Gebara and Jacques Derrida, seeking to highlight unfolding of neoliberalism, brought in *The New Reason of the World: essay on the liberal society* of Pierre Dardot and Christian Laval, as well as the analysis of the role of women in the globalized world by the feminist lens of Heleieth Saffioti and Simone de Beauvoir, among others. For the argumentative and theoretical support of the above objective, this work will use the doctrine brought by the mentioned theorists among others, as well as historical and sociological studies, through documentary and bibliographical research, based on the method of deductive approach. Women are historically subjugated to men, although at the cost of many struggles women are gaining rights and space in the male society, it is questioned whether these rights are actually emancipating women from their servitude or whether they are part of some neoliberal disciplinary strategy. Therefore, it is necessary to examine the role of women in the face of the metaphor of the Tower of Babel.

Keywords: Babel tower. Neoliberalism. Women. Job. Consumption and Reproduction.

A TORRE DE BABEL



Torre de Babel é uma metáfora bíblica segundo a qual os homens estavam construindo uma torre no intuito de alcançar o céu e assim tocar o rosto de Deus. Para castigar tamanha soberba, Deus introduziu diferentes linguagens entre eles a fim de impedir sua comunicação e impedir a construção da torre. Luis Alberto Warat toma para si tal metáfora e adaptando-a a modernidade, na qual segundo o autor está em construção uma nova Torre de Babel.

Antes de adentrar a adaptação feita por Warat, interessante entender o que significa Babel, que nas palavras de Jacques Derrida é confusão e a torre de Babel “não configura apenas a multiplicidade irreduzível das línguas, ela exhibe um não-acabamento, a impossibilidade de completar, de totalizar, de saturar, de acabar qualquer coisa que seria da ordem da edificação, da construção arquitetural, do sistema e da arquitetônica” (DERRIDA, 2002, p. 11-12). Para Luis Alberto Warat há em andamento a construção de uma Torre de Babel que, como na metáfora bíblica, necessita excluir as diferenças para não ruir.

Na sociedade atual, Warat (2010, p. 03), afirma que há a construção de uma nova Torre de Babel chamada de globalização, seu objetivo, a revelia da primeira, é chegar ao nível mais alto de poder, não é tocar o rosto de Deus, é assumir o posto de criador. Para alcançar este objetivo a exclusão das diferenças é necessário para que os excluídos se tornem servos. As mulheres constituem um destes grupos excluídos.

Este é o projeto da globalização neoliberal: submeter à servidão todos os outros; imigrantes, mulheres, e todos os excluídos que se submetem aos construtores da torre ou ficam como inimigos, que obstaculizam a construção e devem ser aniquilados pelas mais poderosas armas de guerra (WARAT, 2010, p.10, grifo nosso).

Sustenta Gebara (2017, p. 42-43), a imagem da Torre de Babel no livro do Gênesis é um forte símbolo ao nosso tempo. O mito é uma referência, um texto simbólico da tradição que

permite elucidar e a interpretar a humanidade, devendo permanecer integrando as tradições humanas que a sociedade construiu para instruir.

A Torre dominada pelo modelo masculino é agora confundida pelas muitas vozes que fazem eco à voz do criador [...] e assim como o feminismo apenas sublinhou a necessidade do direito ao pluralismo de leituras, de visões, de percepções e emoções. Trata-se apenas de um outro momento, em que as antigas opressões podem ser vistas a olho nu, muito embora continuemos gestando novas e sutis formas de opressão e de libertação (GEBARA, 2017, p. 42).

Essa forma de opressão trazida na escrita de Gebara compreende segundo os escritores Noli Bernardo Hahn e Rosângela Angelin, a cultura ou sistema patriarcal, que consiste em e entendido pelo logocentrismo:

A metafísica ocidental na sua conceitualidade, em sua lógica logocêntrica, opera numa compreensão em que o sentido já está dado; a origem é o sentido; o princípio é o significado. O pai do *logos* “olha” os *logoi*; ele sai “para ver”; o pai é o que supervisiona, controla o sentido, o significado, o nome. É ele que vai dizer se está bem ou não. É ele que vai constituir e instituir o sentido. Quanto mais próximo da origem, menor é o risco do desvio, da falsidade, da inverdade. O *logos* é a verdade imutável supervisionado pelo pai do *logos* invisível, onisciente, onipotente e onipresente. Essa mesma lógica pode ser percebida na construção e manutenção dos parâmetros patriarcais, onde o pai/homem, que é tido como o sábio, o detentor do poder de mando, o que controla e determina. Se o pai do *logos* sai “para ver” e não concorda com o que vê, ele despreza, desconsidera, desvaloriza e anula. Tudo por conseguinte, que se desvia do sentido não tem significado. O *logos*, que institui o mono (monolinguismo), impõe limites, fecha-se sobre si, absolutiza, dogmatiza e despreza o que não estiver no sentido ou no significado (HAHN; ANGELIN, 2015, p. 68-69, grifo original).

Na passagem acima, é possível observar a maneira como também o sistema patriarcal se comporta, ou seja, visualiza-se como o patriarcado funciona e é incutido na sociedade, principalmente em relação às mulheres, que as observam, que as controlam, que vigiam e desprezam dentre tantas outras repressões.

Inclusa nesta mesma lógica, no aspecto religioso, está a santíssima trindade masculinizada – em nome do pai, do filho e do espírito santo - o poder eclesiástico/religioso, que como instituição da sociedade também vigia e controla e segundo Bourdieu a Igreja continuou por longos períodos a inferiorizar e moldar a mulher (BOURDIEU, 2014, p. 120).

A Igreja contribuiu em seus discursos religiosos para a inferioridade das mulheres, através de seus tentáculos de modo direto e indireto, agindo “[...] sobre as estruturas históricas do inconsciente, por meio da simbologia dos textos sagrados, da liturgia e até do espaço e do tempo religiosos [...]” (BOURDIEU, 2014, p. 120). Como solução ao sistema logocêntrico Hahn e Angelin apresentam a racionalidade descentrada e paradoxal⁴ como resposta a problemática da dominação, que consiste:

[...] destacar que esse tipo de racionalidade não nasce de um *logos* ou da premissa de da existência de uma grande luz que ilumina os sem-luz. Muito menos parte do pressuposto de que exista um centro de sentido do qual deriva ‘o’ sentido para todos os contextos e situações. Então, a lógica do entendimento da racionalidade descentrada parte de outro lugar que não seja um centro de sentido, do qual brotam, conforme Derrida, todas as significações. Este outro lugar tem nome. Aliás, vários nomes: contexto, lugar, experiência, vivência, existência, entre outros (HAHN; ANGELIN, 2015, p. 71, grifo original).

O texto mitológico sagrado traz confusão ao tradutor, pois ele ordena o tradutor, o texto sagrado traz em seu corpo a lei que comanda também sua tradução fiel ao texto original sem busca de sentido “É o que se nomeia aqui doravante Babel: a lei imposta pelo nome de Deus que pela mesma ação vos prescreve e vos interdita a traduzir, mostrando-vos e despojando-vos do limite” (DERRIDA, 2002, p. 70).

O que se trouxe até aqui pode dar a impressão de que tudo isto está aos poucos sendo jogado sobre o tapete da história devido ao avanço dos direitos das mulheres em razão,

⁴ Baseada nos estudos de Jacques Derrida (DERRIDA, 2004, p. 13).

principalmente, da luta feminista ter sido mundializada pela disseminação de informações advindas com a globalização. Entretanto, como se verá mais adiante, o papel da mulher continua sendo de submissão ao homem.

O PAPEL NEOLIBERAL DAS MULHERES NO MUNDO GLOBALIZADO

O diapasão se percebe na discrepância entre a teoria liberal e a prática do neoliberalismo. Veja-se que o liberalismo tem como sustentáculo a defesa de menos Estado em prol de maior liberdade dos indivíduos para conquistar sua renda e produzir riqueza, sempre na promessa de que o esforço possibilita que se alcance o sucesso econômico e por fim gerar um estado de igualdade geral (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37-38). Dardot e Laval, no estudo que fazem desde a decadência do liberalismo até o neoliberalismo, demonstram que a maior modificação ocorrida não foi tanto na questão da economia, quanto na questão da governamentalidade, sendo introduzidas formas de disciplinar os corpos de forma que “a ‘liberdade de escolher’ identifica-se com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha ‘com toda a liberdade’ o que deve obrigatoriamente escolher para seu próprio interesse” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 2016).

A mulher neste jogo neoliberal não deixa de ser serva do masculino pois o neoliberalismo não tem interesse em emancipar as classes oprimidas, mas de conjuntar o interesse dessas classes ao ânimo organizacional e institucionalizado pela cultura do consumo desenfreado e competitivo. Igualmente, cabe referir que para o movimento da economia neoliberal globalizada, o feminismo interessa enquanto capaz de gerar alguma prática econômica. Tanto que como demonstrado por Saffioti no exemplo

trazido no tópico seguinte, as mulheres ocupam cargos de menor importância e recebem salários inferiores ao dos homens, o que condiz com sua situação social institucionalizada através da disciplina imposta pela máfia que conduz a governabilidade.

O processo pelo qual se desenvolve a ideia da dominação se dá de forma muito similar à ideia da dominação da classe proletarizada. Tanto a dominação da mulher, quanto a dominação de classe se dá através de conceitos biológicos. Dardot e Laval demonstram como o capitalismo se utilizou de conceitos biológicos como a “lei do mais forte” ou da “sobrevivência do mais apto”, para explicar a desigualdade social (DARDOT; LAVAL, 2016, p.). Simone de Beauvoir expõe como a biologia vem sendo utilizada ao longo dos séculos para explicar a dominação da mulher pelo homem como sendo a dominação da fêmea pelo macho. Refere a autora que “A separação dos indivíduos em machos e fêmeas surge, pois, como um fato irredutível e contingente. A maior parte das filosofias admitiu-a sem pretender explicá-la” (BEAUVOIR, 1949, p. 35). Bourdieu também entende que a dominação é manifesta como algo naturalizado e é trazida como um

esquema de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparências (BOURDIEU, 2002, p. 20)

Ambos os autores que retratam a utilização da biologia para tentar explicar uma suposta superioridade masculina, entendem que tal argumento não tem um fundamento. Saffioti ao exemplificar como é errada essa concepção de inferioridade biológica feminina refere que “O argumento biológico só foi utilizado a fim de demonstrar a ausência de fundamentação científica da ideologia da ‘inferioridade’ feminina” (SAFFIOTI, 1987, p. 13). Beauvoir, embora entenda que existam algumas diferenças físicas ligadas à força muscular pelas quais os homens têm

alguma superioridade, rechaça a argumentação biológica da inferioridade feminina afirmando que “a ‘fraqueza’ só se revela como tal à luz dos fins que o homem se propõe, dos instrumentos de que dispõe das leis que se impõem. [...] quando o pleno emprego da força corporal não é exigido nessa apreensão, abaixo do mínimo utilizável, as diferenças anulam-se; [...]” (BEAUVOIR, 1949, p. 61). Contestando a ideia de naturalização dos papéis femininos, Simone de Beauvoir chama à atenção para o fato de que não se nasce mulher, mas torna-se mulher. Portanto, não é o *destino* biológico que determina as identidades femininas, mas as relações humanas que envolvem poder (BEAUVOIR, 1949, p. 323), através de contextos históricos e culturais.

Na senda da dominação do capital patriarcal, Frederici (2017, p. 368), demonstra como o período da caça as bruxas foi um fato em que as elites da Europa necessitavam erradicar todo um modo de existir que colocava sob ameaça o poder político e econômico. Quando esta tarefa se deu por completa, foi o momento em que a disciplina social foi restaurada e a classe dominante capitalista começou a consolidar a hegemonia, as perseguições cessaram e foram ridicularizadas.

Ao se afirmar que o sexo é político, se conota também a ele relações de poder, o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como *política* unicamente a esfera pública, “objetiva”. Desta forma, o discurso feminista, ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 8).

No contexto da política ou do espaço da *ágora* a Nova Zelândia é o primeiro país a conceder o direito ao voto feminino em proporções nacionais: em 1893, ainda no século XIX (PINSKY, PEDRO, 2010, p. 294-295). Na análise feita por Alves e Pitanguy, “[...] o movimento sufragista não se confunde

com o feminismo ele foi, no entanto, um movimento feminista, por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação nas decisões públicas” (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 48).

Em 1898, as mulheres francesas garantem o direito ao voto (BEAUVOIR, 1949, p. 168). Porém o voto pleno só ocorre em 1944 (PINSKY; PEDRO, 2010, p. 296-297). Já na Inglaterra, as inglesas conquistaram o direito ao voto em 1918, mas de modo restrito e apenas dez anos após, em 1928 alcançaram o voto sem restrições e “[...] foram em grande parte os serviços que prestaram durante a guerra que lhes valeram o êxito” (BEAUVOIR, 1949, p. 171).

As americanas, após, no ano de 1917, pelas “[...] sufragistas inventam uma nova tática: instalam-se de plantão às portas da Casa Branca, brandindo flâmulas, e muitas vezes acorrentadas às grades para que não as possam expulsar”. A luta pela completa igualdade dos sexos prossegue, em seguida, durante dez anos (BEAUVOIR, 1949, p. 172 -173). A Finlândia e a Noruega acompanham em 1906 e 1913, respectivamente (PINSKY; PEDRO, 2010, p. 294-295).

Em países como a Suécia, quem orienta a luta, são as mulheres com algum nível de instrução escolar e o que mais lhes interessa é o contorno moral da problemática. “Elas conquistam os liberais, mas se chocam contra os conservadores. As norueguesas, em 1907, e as finlandesas, em 1906, obtêm o sufrágio” (BEAUVOIR, 1949, p. 173).

Na Itália o fascismo bloqueou o movimento feminista. “Procurando a aliança da Igreja, respeitando a família e prolongando uma tradição de escravidão feminina”, adquirindo ao voto pleno em 1945. Porém na Alemanha, prevaleceu um feminismo de cunho nacionalista (BEAUVOIR, s.a, p. 173-174). De forma mais tardia a Suíça em 1971 e Portugal, em 1976 (PINSKY; PEDRO, 2010, p. 296-297). No Brasil, “Coube às mulheres do Rio Grande do Norte, o pioneirismo na conquista do direito de voto,

ainda em 1927 [...]” (ARAÚJO, 2003, p. 137), e “O direito ao voto foi sendo alcançado paulatinamente nos Estados. Desta forma quando, em 1932, Getúlio Vargas promulga por decreto-lei o direito de sufrágio às mulheres, este já era exercido em 10 Estados do país” (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 48).

Para mudar o cenário de uma forma mais efetiva, na década de 90, alguns dos países na América Latina como solução viável trouxeram Leis para Cotas Eleitorais, assim oportunizando, “[...] processos mais democráticos na representatividade eleitoral no que se tange à ocupação de cadeiras nos Parlamntos, tendo como seu ponto de partida uma teoria de justiça social derivada de uma redistribuição econômica e da teoria do reconhecimento identitário” (BUSANELLO; ANGELIN, 2016, s.p).

Cotas eleitorais vinculam-se à cultura política de cada Estado e, nesse ponto, na América Latina há resquícios de cultura patriarcal, afetando, negativamente, efetividade de cotas de gênero (ARCHENTI; TULA, 2007.p. 188). Na mesma seara, o *Latinobarômetro*⁵ (AMÉRICA LATINA FRENTE AL GÉNERO, 2006, p. 02) aponta que uma das maiores dificuldades frente à igualdade de gênero é a cultura, conforme uma entrevista ocorrida na América Latina, no ano de 2006. Foi perguntado sobre qual seria o motivo pelo qual não há mais mulheres ocupando cargos políticos, e 44% das pessoas que foram entrevistadas responderam que existem mulheres na política; 25% responderam que não há mulheres na política porque o próprio sistema político as discrimina; 22% porque os homens não propiciam espaço; 9% porque elas mesmas não teriam tempo para dedicar-se a política; 6% porque elas não estariam capacitadas para tal cargo político; 4% porque esse não seria o seu lugar na sociedades; e apenas 7% não souberam ou não responderam o questionamento realizado (AMÉRICA LATINA FRENTE AL

⁵ AMÉRICA LATINA FRENTE AL GÉNERO. *Latinobarómetro*1997-2013. La mayor brecha ante la igualdad de género en América Latina es cultural. Corporación Latinobarómetro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.-jsp>. Acesso em: 14 Jun. 2016, p. 02.

GÉNEREO, 2006, p. 02). No Brasil, a Lei 9.504/1997 estabelece normas para as eleições (BRASIL, 1997). No artigo 10, § 3º, da Lei, alterado pelo artigo 3º da Lei 12.034/2009, disciplinou que cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 2009). Nas últimas eleições presidenciais, realizadas em 2014, o Brasil obteve 9,94% de mulheres na Câmara dos Deputados e 13,58% no Senado Federal (BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014, s.p). Faz-se mister esclarecer que as cotas são sobre o percentual de candidaturas e não sobre o número dos assentos disponíveis, o que reduz a efetividade em momento pós-eleição.

O que se quer demonstrar a partir disto é que a dominação da mulher tem profunda ligação com a dominação de classe, inclusive quanto aos argumentos que fundamentam a exclusão de ambos. Inclusive a forma de naturalização da dominação corre da mesma forma, isto é, por conceitos biológicos. Entretanto, como demonstrado pelas autoras e autores trazidos, após a construção e desenvolvimentos sociais que criam artificialmente meios que são capazes de anular as diferenças, é perceptível que a manutenção das formas de dominação se dá por motivos muitas vezes, econômicos e políticos.

O TRABALHO, CONSUMO E REPRODUÇÃO FEMININA

Inicialmente cumpre especificar o consumo é o motor que gira a roda do neoliberalismo. Consumo, segundo Hannah Arendt, é todo o esforço orgânico que se desprende para manter a vida, o produto do labor é consumido quase concomitantemente ao tempo que se leva para produzir. Assim o labor de diferencia do trabalho, visto que o produto deste é durável, o produto deste é realizado para dar sentido e dar continuidade a obra humana (ARENDR, 1997, p. 138-148).

Arendt já notava que o labor ia se fundindo ao trabalho em 1958 quando escreveu “A condição humana”, referindo que

Mais séria nos parece a limitação imposta pela capacidade de

consumir, que permanece no indivíduo mesmo quando a força coletiva de labor substitui o <<labor power>> individual. O crescente acúmulo de riqueza pode ser ilimitado numa <<humanidade socializada>> que abandonou as limitações da propriedade individual e superou a limitação da apropriação individual quando dissolveu toda riqueza estável, a posse de coisas <<amontoadas>> e <<armazenadas>>, transformando-as em dinheiro que é gasto e consumido (ARENDDT, 1997, p. 136).

Nesta seara nota-se que houve uma profunda alteração na subjetividade do indivíduo, pois se o labor é um esforço orgânico, isto é, intrínseco ao indivíduo, ao tornar o produto do trabalho consumível organicamente como o labor, transforma os seres humanos em *homo consumens*⁶, afirma Warat, que o mercado capitalista “concede-me a minha identidade e se apropria dela para controlar e disciplinar” (WARAT, 2010, p. 93).

Concordam Dardot e Laval ao afirmarem que o neoliberalismo faz o indivíduo comportar-se como uma empresa individual, de forma que cada um é responsável por si próprio e incutir a ideia de competitividade uns com os outros. Assim, cada indivíduo é responsável pela sua sorte, o que, por fim, leva a pensar que se a mulher é submissa é porque ela se colocou nessa condição, desconsiderando todos os demais fatores históricos e culturais que promovem a institucionalização do menosprezo às minorias. Desta forma, a “liberdade de escolha” que o neoliberalismo proporciona

[...] Identifica-se com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha com “toda a liberdade” o que deve obrigatoriamente escolher para seu próprio interesse (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 216).

Neste sentido Heleieth Saffioti explica o motivo pelo qual interessa aos construtores da Torre de Babel esta

⁶ “O único personagem que os praticantes do mercado podem e querem reconhecer e acolher é o *homo consumens* – o solitário, autorreferente e centrado comprador que adotou a busca pela melhor barganha como uma cura para a solidão e não conhece outra terapia [...]” (BAUMAN, 2004, p. 91).

exclusão/dominação, afirmando que se admitindo uma cultura que admita a diferença como algo pejorativo é muito facilmente aceita a ideia de que quem tem um valor menor socialmente deva ganhar menos do que aqueles que têm um valor maior. Logo, percebe-se que quem mais sai ganhando com a cultura patriarcal são os detentores dos meios de produção, de itens de consumo, os construtores da Torre de Babel. Saffioti refere a ainda que é a própria situação de subjugação que proporciona a sujeição às condições de discriminação:

Não é demais insistir que a consciência destes fenômenos não brota espontaneamente no seio das classes trabalhadoras. Quem está lutando por um lugar ao sol, competindo por um emprego que lhe garanta sobrevivência, assim como a de sua família, quem se sente obrigado a prover todas as necessidades do grupo familiar, porque é seu chefe, não tem olhos para a direção em que correm os benefícios deste estado de coisas. Obviamente, a classe patronal tem o maior interesse na existência de categorias sociais discriminadas: mulheres, negros, homossexuais. Quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários (SAFFIOTI, 1987, p. 23).

Com isto vê-se que um dos motivos pelos quais as mulheres têm tido mais espaço no mercado de trabalho, assim como é o resultado da luta feminista pela emancipação, independência e autonomia feminina, pode ser considerada também como uma forma dos detentores do poderio econômico aumentar seus lucros pela obrigatória submissão das mulheres ao recebimento de salários mais baixos.

Revedo um pouco o passado, foi ao final da guerra e o retorno dos homens, que se introduziu a ideologia de valorização de diferenciação sexual, retornando ao atributo do espaço doméstico, inclusive com intensas campanhas publicitárias que idolatrava a mulher como a rainha do lar, enaltecendo a dona de casa, mãe e esposa. Objetivavam com isso que elas se retirassem do mercado do trabalho para que cedessem seu lugar ao homem. E com isso a mulher que persistiu no trabalho externo é

desvalorizada, e o que produz é “[...] tido como suplementar ao do homem” (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 50), mesmo quando enfrenta a dupla jornada (o trabalho de casa e o externo). Segundo Alves e Pitanguy (2003, p. 38), “A justificativa ideológica para esta superexploração era de que as mulheres necessitavam menos trabalho e menos salários do que os homens porque, supostamente, tinham ou deveriam ter quem as sustentasse”. Beauvoir corrobora, que as mulheres trabalham muito melhor que os homens por menores salários e “Esta fórmula cínica esclarece o drama do trabalho feminino. Porque é pelo trabalho que a mulher conquista sua dignidade de ser humano; mas foi uma conquista singularmente árdua e lenta. Fiação e tecelagem realizam-se em condições higiênicas lamentáveis” (BEAUVOIR, 1949, p. 158).

Assim, embora louvável a luta feminista na conquista deste tão imprescindível direito que possibilita a mulher trabalhar e ter renda própria. Percebe-se que o sistema capitalista se apropriou deste direito para dar-lhe uma função econômica vantajosa ao poder hegemônico.

Em relação ao consumo, conforme a esteira de Mies e Shiva (1993, p. 337-338), é no período pós-primeira guerra mundial que a atividade doméstica surge como um mercado forte para satisfazer a expansão de bens de consumo. Cria-se “[...] detergentes, sabões, máquinas de lavar roupa, vestuário, produtos alimentares”. Passou-se ao processo de moderna atividade de dona-de-casa ou rainha do lar, com a essência de atender as necessidades incutidas pelo mercado capitalista industrial. Para preencher seu isolamento na esfera doméstica com bens de consumo, sempre mais atuais. A indústria do consumo fabrica infundáveis bens que poupam trabalho, pronto para ser comido, pronto para ser vestido, pronto para ficar mais bela para as mulheres adquirirem. Assim as doutrinadoras alertam,

Mas estes produtos não conseguem preencher o vazio sentido por muitas mulheres no local de trabalho ou no lar. A satisfação que uma mulher obtém ao comprar estes artigos rapidamente

degenera em tédio; por conseguinte, o que foi comprado ontem é hoje deitado fora para ser substituído por um novo artigo, amanhã. Esta sociedade de desperdício criou uma nova dependência: o <<vício das compras>> (MIES; SHIVA, 1993, p. 338).

No mesmo sentido é apresentado por ambas a lógica do *Catching-up*, como lógica de modelo acumulativo, com base exploratória, a exemplo “O que hoje era TV, amanhã será TV a cores, no dia seguinte o computador, depois a versão cada vez mais moderna da <<geração de computadores>> e, mais tarde ainda, as máquinas de inteligência artificial” (MIES; SHIVA, 1993, p. 82). Importa uma crítica para este modelo, com necessidade de partir das sociedades com abundância, como essencial para dissolver o fetiche do modelo de desenvolvimento *catching-up* e do consumo. Os padrões de consumerista do hemisfério Norte do globo são impostos para o eixo Sul, vendendo a ideia desejável de uma boa vida por políticos e pelos construtores babilônios detentores de poder econômico. São padrões de consumo que direcionam a uma dependência cada vez maior, ao endividamento, aos desequilíbrios internos dos países e também a perda de identidade cultural de uma sociedade (MIES; SHIVA, 1993, p. 335).

Em relação a reprodução feminina na União Soviética, pós guerra, levou a exigências de uma repopulação com uma política moral familiar de retorno ao passado, tendo a família como célula essencial e a mulher uma trabalhadora e dona de casa. A sexualidade se tornou algo estrito, o aborto foi proibido, divórcios não eram permitidos e adultério criminalizado pela moral (BEAUVOIR, 1949, p. 176). Ocorre que, Olga Michakova, secretária da Comissão Central da Organização da Juventude Comunista, declarou em 1944 numa entrevista:

As mulheres soviéticas devem procurar tornar-se tão atraentes quanto o permitam a natureza e o bom gosto. Depois da guerra, elas deverão vestir-se como mulheres e ter uma atitude feminina. Dir-se-á às jovens que se conduzam e andem como mulheres e por esse motivo adotarão provavelmente saias muito

estreitas, que as obrigarão a um modo de andar gracioso (BE-AUVOIR, 1949, p. 176).

Através dos programas de controle demográfico, na atualidade, o corpo da mulher é brutalmente invadido para proteger a Terra da ameaça da superpopulação. Onde a própria fertilidade das mulheres é ameaçada devido à poluição industrial, o interesse delas é colocado em oposição aos interesses dos seus filhos. Esta política de dividir para reinar parece essencial para gerir a eco-crise com vantagem para aqueles que controlam o poder e os privilégios (MIES; SHIVA, 1993, p. 115). Percebe-se deste modo a forte presença do neoliberalismo patriarcal presente também na reprodução humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da mulher na sociedade do capitalismo neoliberal é parecido com o de quaisquer outras minorias. Como não há uma explicativa racionalmente fundamentada para explicar a dominação do homem sobre a mulher, assim como a dominação da burguesia sobre a classe proletarizada, ao longo dos séculos desenvolveram-se conceitos sociológicos e econômicos a partir da biologia, fazendo “parecer natural” e “imutável” a supremacia de um gênero sobre outro ou de uma classe sobre outra. Porém essa naturalização de qual derivam os papéis masculino e feminino na sociedade é uma construção da cultura patriarcal homogeneizadora ao longo da história da sociedade humana.

Ademais, é possível averiguar que o sistema capitalista promove verdadeira apropriação das lutas sociais e das conquistas sociais. Faz isso a partir daquilo que mais valoriza o neoliberalismo, da governamentalidade, isto é, a utilização dos institutos estatais, em especial a lei, para promover uma ordem universalizante que permite impor em forma de regras as conquistas que foram maleadas para servir ao interesse mor do lucro do homem.

A Torre de Babel é uma metáfora da sociedade

capitalista globalizada que traz as diferenças, as minorias e em especial as mulheres como o “outro” submetido à servidão por representarem, suas conquistas de igualdade, obstáculos ao progresso. Demonstra como os construtores do mito se utilizam da tarefa de construir, instruir, interpretar ideologias opressoras para dominar o outro, o diferente. Apresentando assim, a mesma lógica dominadora do capitalismo patriarcal e do neoliberalismo, sendo apenas uma das formas que utilizam ao seu favor: as aspirações feministas como a ágora pública, o trabalho, consumo e a reprodução da mulher. Através da análise dos teóricos trazidos no presente trabalho, é possível verificar que o neoliberalismo se apropria das lutas e das conquistas sociais, maleando para que se tornem um objeto passível de auferir lucros, ou, ao menos, de reduzir os danos econômicos que possam causar.



REFERÊNCIAS

- AMÉRICA LATINA FRENTE AL GÉNEREO. *Latinobarómetro1997-2013*. La mayor brecha ante la igualdad de género en América Latina es cultural. Corporación Latino-barómetro. Disponível em: < <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.-jsp>>. Acesso em: 14 Jun. 2017.
- ANGELIN, Rosângela; BUSANELLO, Elisabete. Direitos humanos e mulheres nos parlamentos: reflexões a partir das teorias da redistribuição econômica e do reconhecimento identitário sob o enfoque da política de cotas eleitorais. *Anais do Congresso Estadual de Teologia*. 2016. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/teologians/article/view/518/384>. Acesso em: 16 Jun. 2017.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é*

- feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300009&script=sci_arttext. Acesso em: 16 Jun. 2017.
- ARCHENTI, Nélide; TULA, María Inés. Cuotas de género y tipo de lista en América Latina. *Opin. Publica*, Campinas, v. 13, n. 1, jun. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 Jun. 2017.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. v 1. Fatos e mitos. Trad. de Sérgio Milliet. Título do original: “*Le deuxième sexe*”. São Paulo: Círculo do Livro, 1949.
- BRASIL. *Lei 9.504/1997*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 14 Jun. 2017.
- BRASIL. *Lei 12.034/2009*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3. Acesso em: 14 Jun. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 1ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade liberal*. São Paulo: Boitempo,

- 2016.
- DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. Título original: “*Caliban and the witch: women, the body and primitive accumulation*”. São Paulo: Elefante, 2017.
- GEBARA, Ivone. *Mulheres, religião e poder: ensaios feministas*. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.
- HAHAN, Noli Bernardo; ANGELIN, Rosângela. “A contribuição dos movimentos feministas para a cultura dos direitos humanos mediante a perspectiva da racionalidade descentrada”. In: SANTOS, André Leonardo Copetti et al. [Coords.]. *Policromias da diferença: inovações sobre pluralismo, direito e interculturalidade*. Lisboa: Editorial Juruá, 2015.
- MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Título original: *Ecofeminism* Trad. Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 264-309.
- SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- WARAT, Luís Alberto. *A rua grita Dionísio! Direitos humanos da alteridade, surrealismo e cartografia*. Trad. e Orgs. Vívian Alves de Assis, Júlio César Marcellino Jr e Alexandre Moraes da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.